

Resumo de notícias econômicas

16 de julho de 2021 (sexta-feira)

Ano 3 n. 133

Núcleo de Inteligência da Sedet



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E TRABALHO

PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 16 DE JULHO DE 2021

Preços de carnes e ovos devem superar inflação no ano

Broadcast

Especialistas projetam que a inflação das proteínas de origem animal (carnes vermelhas, de frango e ovos) vai superar a marca de 10% no ano, após já ter disparado em 2020. O aumento previsto para 2021 está acima da estimativa para a inflação oficial (IPCA), de 5,9%. De acordo com a consultoria LCA, a maior alta neste ano será da carne de boi (17,6%), seguida da de porco (15,1%) e de frango (11,8%). O ovo deve subir 7,6%.

Com a renda comprimida e o desemprego em alta, ter carne vermelha no prato pesará cada vez mais no bolso dos brasileiros. E o cenário não será diferente se a alternativa escolhida for o frango, os ovos ou a carne de porco. Especialistas projetam que a inflação para as proteínas vai superar a marca de 10% este ano, após já ter disparado em 2020. O aumento previsto para 2021 está bem acima da estimativa para a inflação oficial (IPCA), de 5,9%.

De acordo com a consultoria LCA, a maior alta neste ano continuará sendo no preço da carne de boi (17,6%), seguida da de porco (15,1%) e de frango (11,8%). Alternativa às carnes, o valor do ovo de galinha também deve subir (7,6%). Já a Associação Brasileira de Supermercados (Abras) prevê um aumento nos preços do frango entre 10% e 15% já no fim de julho e início de agosto. Segundo o presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), Ricardo Santin, as razões para o aumento da carne bovina diferem dos motivos para as outras proteínas. Enquanto os produtores de gado tiveram redução na produção e maior exportação, a culpa pelo preço maior do frango, do porco e dos ovos recai sobre os insumos para a criação dos animais.

De acordo com dados da Embrapa, os custos de produção em geral subiram 52,30%, para o frango, e 47,53%, para os suínos, nos últimos 12 meses. Matérias-primas para a ração, o milho teve alta de preços de 68,8% em 2020, enquanto a soja ficou 79,4%

mais cara no atacado. As projeções para 2021 são de aumento de 39,8%, para o milho, e de 7,2%, para a soja.

Os produtores alegam que a única saída é o repasse dos custos para os preços ao longo da cadeia, até chegar às gôndolas dos supermercados. Santin explica que, até agora, os frangos comercializados na ponta foram criados, por exemplo, com o milho vendido a R\$ 50 a saca – valor que disparou para R\$ 90 nos últimos meses. “Há um prazo de produção até chegar às prateleiras, agora que estão começando a chegar os frangos que estão comendo o milho mais caro. As empresas terão de repassar o preço ou, então, quebram”, completou.

De acordo com o vice-presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), Márcio Milan, em junho de 2020 as famílias gastavam em média R\$ 36,62 por mês com o consumo de frango. Com o aumento do preço do produto e a substituição da carne bovina, o gasto passou para R\$ 43,95 em junho. “Há uma tendência de alta daqui para frente, mas esse aumento para chegar à ponta vai depender dos níveis de estoque de cada empresa. Os supermercados vão negociar exaustivamente os preços. Quando não conseguirem negociar mais, vão repassar para o consumidor”, afirma.

Com o orçamento pressionado pela alta de preços dos alimentos, combustíveis e energia elétrica, entre outros itens, muitos brasileiros têm alterado a lista de compras. O pesquisador Thiago Bernardino de Carvalho, do Cepea, da Universidade de São Paulo (USP), afirma que os cortes bovinos, mais caros, são trocados pela carne suína e pelo frango. No fim da cadeia de trocas, está o ovo de galinha. “O ovo é o destaque, porque é mais barato, só que a demanda está mais aquecida, e o custo de produção também subiu”, completa.

Bolsonaro sanciona lei que cria subsídio para gás de cozinha e diesel

Broadcast

O presidente Bolsonaro sancionou ontem, com vetos, a lei que aumenta a tributação sobre bancos e reduz incentivos ao setor petroquímico para bancar subsídio temporário ao diesel e ao gás de cozinha. Essa compensação foi para o corte feito no

início do ano dos impostos que incidem sobre os combustíveis. Nesta semana, Bolsonaro prometeu uma nova redução, desta vez de R\$ 0,04, no PIS e Cofins do diesel, que passaria de R\$ 0,31 para R\$ 0,27.

O presidente disse que tem o apoio do ministro da Economia, Paulo Guedes, para a medida e que, como compensação, vai tirar isenção para um setor, mas que não revelaria qual.

As compensações por meio de aumento de tributos e cortes de incentivos são necessárias porque o presidente, em um aceno aos caminhoneiros, quis desonerar o diesel para dar uma resposta aos sucessivos reajustes que o combustível vinha tendo na esteira da valorização do dólar e do preço do petróleo no mercado internacional.

Pela lei publicada no Diário Oficial da União, a alíquota da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) para o setor financeiro passou de 20% para 25%, no caso dos bancos, e de 15% para 20%, para empresas de seguros privados, capitalização e distribuidoras de valores mobiliários, entre outras. A alteração vale até 31 de dezembro deste ano.

A nova lei prevê ainda o encerramento gradual dos subsídios da indústria petroquímica (REIQ) até serem extintos em 2024. Hoje, o setor paga alíquota de 1% no PIS e de 4,6% na Cofins, no mercado interno e na importação.

Outra modificação é um teto para isenções fiscais do IPI no caso de compra de veículos novos por pessoa com deficiência (PCD). Até o fim do ano, a isenção valerá apenas para automóveis que custem até R\$ 140 mil. Na MP original, o governo havia estipulado um teto para o valor dos veículos de R\$ 70 mil. Na soma dos incentivos, um carro para PCD pode ter desconto de 20% a 30% sobre o preço de tabela, dependendo do modelo e da categoria. O dado mais recente da Anfavea indica que a venda de carros para esse público representa 8% do total de veículos vendidos no País e vem crescendo nos últimos cinco anos.

Bolsonaro vetou três pontos do texto aprovado pelo Congresso Nacional. O primeiro ampliava o rol de pessoas com deficiência que teriam direito à isenção de IPI sobre veículos. Também foi vetado artigo que permitia que créditos presumidos da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins pudessem ser compensados com outros tributos ou ressarcidos em dinheiro. O terceiro veto barrou artigo que previa que o

montante destinado ao pagamento de prêmios e ao recolhimento do Imposto de Renda incidente sobre a premiação de loterias não faria parte da base de cálculo das contribuições sociais devidas pelos operadores.

Healthtechs vivem fase de expansão

O Estado de S. Paulo

A pandemia impulsionou startups de todos os segmentos no Brasil – evidentemente, aquelas que atuam na saúde, conhecidas como “healthtechs”, também ganharam musculatura. Com o uso esperto de tecnologia, inteligência artificial (IA) e dados, elas vêm encontrando soluções para resolver alguns dos principais gargalos do segmento no País, como acesso à saúde, baixa eficiência e experiência de atendimento ruim – é um movimento que lembra o que as fintechs causaram no setor financeiro.

Era, porém, uma onda que estava destinada a acontecer. Startups costumam gostar de desafios que trazem oportunidades proporcionalmente grandes. É o caso da saúde no Brasil. O País está entre os dez principais mercados de saúde no mundo – segundo o dado mais recente do IBGE, o gasto com saúde é equivalente a 9,2% do PIB. Já o gasto das famílias com o segmento é equivalente a 5,4% do PIB.

Assim, a quantidade de “healthtechs” e o volume de investimentos cresceram em 2021. Segundo relatório feito pela empresa de inovação Distrito, já existem 900 “healthtechs” no País, que receberam no primeiro semestre US\$ 183,9 milhões. A marca é maior do que a soma dos cheques recebidos em 2019 (US\$ 68,1 milhões) e em 2020 (US\$ 109,5 milhões). Muitos no mercado garantem que o Brasil terá um “unicórnio” (startup avaliada em mais de US\$ 1 bilhão) da saúde. A Distrito aponta três nomes: Alice, Dr. Consulta e Memed.

“Existe um ‘gap’ entre quem usa o SUS e quem usa o setor privado. As startups têm papel fundamental para mudar o mercado e oferecer uma nova via”, explica Raphael Augusto, sócio diretor de inteligência de mercado da aceleradora Liga Ventures. “O preço cai com o uso da tecnologia e do software. Isso seria impossível há alguns anos”, diz Igor Piquet, diretor de aceleração da Endeavor.

Com dinheiro na mesa e oportunidades no horizonte, porém, essas empresas ainda têm alguns desafios. “O poder de execução será fundamental para transformar a

promessa em realidade. A taxa de mortalidade de startups ainda é alta”, diz Gustavo Araújo, presidente e fundador da Distrito. Outro fator apontado em unanimidade por startups, investidores, gigantes do setor e especialistas é a regulação. Faz sentido: a saúde das pessoas não pode ser alvo de experimentos. Todos, porém, apontam que os órgãos responsáveis, como ANS, Anvisa, conselhos de medicina e Ministério da Saúde, terão papel em fomentar a inovação – muitos apontam para a função que o Banco Central teve ao preparar o terreno das fintechs.

Com 14 segmentos diferentes, o setor de startups de saúde é gigante e complexo – a palavra “healthtech” é um guarda-chuva grande, que coloca junto nomes que oferecem software de gestão hospitalar, apps de bemestar, pesquisas em biotecnologia e hardware de monitoramento. Neste especial, vamos mostrar casos promissores de uso de tecnologia em setores que têm impacto direto na vida das pessoas: diagnóstico, planos de saúde e telemedicina.

Nichos estão na mira de atendimento e diagnóstico

O Estado de S. Paulo

Consultas e exames de diagnósticos são os principais meios pelos quais as pessoas têm contato com o setor de saúde – é o caminho por onde são evitados problemas mais sérios. Mas ainda há baixa eficiência. Por meio de sistemas inteligentes, as startups querem mudar isso.

Não é à toa que uma das principais “healthtechs” do Brasil tenha um pé em atendimento e, o outro, em diagnóstico. Fundado em 2011, o Dr. Consulta mordeu o maior cheque já recebido entre as startups de saúde do País – um aporte de R\$ 300 milhões em 2017. A empresa oferece consultas médicas, exames e serviços de saúde, como fisioterapia, acupuntura e cirurgias simples. No início da pandemia, a empresa viu o volume de atendimentos cair 65%. O número de clínicas da empresa também diminuiu: eram 55 no pré-pandemia, que agora viraram 35. “Tivemos de arrumar a companhia. Uma das coisas que lançamos foi a telemedicina”, conta Renato Velloso, presidente executivo do Dr. Consulta.

O público principal do Dr. Consulta não tem plano de saúde: o preço de um atendimento de clínica geral varia hoje entre R\$ 95 e R\$ 110, por exemplo. Olhar para

nichos específicos parece ser a estratégia de quem atua com atendimento – é algo comum entre startups: se fortalecer em um segmento antes de avançar.

A Clínica Sim tem serviço similar ao do Dr. Consulta, mas seu foco sai do eixo Rio- São Paulo. Ela atua no Norte e no Nordeste com consultórios e atendimento em telemedicina. O modelo – que inclui consultas avulsas e um cartão que dá direito a descontos e atendimento online – já olha para a expansão em outras cidades, num momento em que registra mais de 50 mil consultas presenciais por mês, afirma Ivan Cordeiro, diretor financeiro da startup.

Já a Theia mira um mercado grande e cheio de lacunas: saúde da mulher. A empresa, fundada por Paula Crespi e Flávia Deutsch, tem uma rede de 38 especialistas para atendimentos em pré-natal, parto e pós-parto – além de ginecologistas, há profissionais como psicólogos, nutricionistas e pediatras. A Theia mantém uma operação presencial em São Paulo e atende remotamente em todo o Brasil. “É um serviço de saúde que coloca a mulher no centro. O atendimento na gestação é o começo de uma revolução que queremos fazer em toda a saúde da mulher”, conta Flávia.

Outros nomes focados em diagnóstico querem ir além da clínica tradicional. A carioca Beep Saúde ganhou mercado com um serviço de aplicação de vacinas em domicílio. No ano passado, passou a realizar também coleta de exames laboratoriais. A empresa vem crescendo em ritmo acelerado: em abril, levantou um investimento de R\$ 110 milhões e, desde então, sua equipe saltou de 500 para 800 funcionários.

Já a curitibana Hilab se propõe a fornecer aparelhos de análises clínicas – os hilabs – para estabelecimentos de saúde, o que pode aumentar o acesso a exames laboratoriais. Nos aparelhos, é possível fazer mais de 35 tipos de exames diferentes, incluindo covid19, pelo sangue e fluidos. “Criamos um equipamento que utiliza internet das coisas e IA para fazer exames. Nossa tecnologia está para o laboratório assim como a Nespresso está para o Starbucks”, diz Marcus Vinícius Figueiredo, fundador da Hilab. Ela atende mil cidades no País e tem como objetivo expandir a operação inclusive na Europa, onde entrou por Portugal.

O SUS não consegue dar conta de todas as demandas de pacientes e o acesso a planos de saúde tradicionais é baixa: em março de 2021, apenas 22% da população tinha planos de saúde, de acordo com a ANS. Assim como as fintechs ganharam espaço dos

“bancões” ao ampliar o acesso ao sistema financeiro e melhorar a experiência dos serviços, as “healthtechs” planejam uma trajetória semelhante oferecendo planos de saúde.

A “queridinha” do momento é a Alice, que soma US\$ 47,8 milhões em investimentos. A empresa é dona de uma clínica e um time de saúde próprios e atende online. Para cada necessidade, o paciente é direcionado a planos de ação: se ele relata uma dor de cabeça, por exemplo, é criado um canal dentro do app para o acompanhamento do problema.

Com a experiência resolvida, falta melhorar o acesso: o plano para uma pessoa de 30 anos custa a partir de R\$ 600 – mais caro do que a média de um plano de saúde tradicional em São Paulo, cujo preço mensal é de cerca de R\$ 500. É uma aposta de longo prazo, diz André Florence, presidente executivo da Alice. “Nosso objetivo é provar que somos capazes de deixar as pessoas mais saudáveis. Controlando o custo, conseguimos reduzir o preço.”

Alguns nomes, porém, já têm conseguido. A Sami oferece um plano para pequenas e médias empresas que custa entre R\$ 200 e R\$ 400 por mês. “Quase dois terços dos nossos clientes não tinham plano de saúde antes da Sami”, afirma Vitor Asseituno, fundador da Sami.

A Clude segue um caminho parecido. A empresa tem planos individual e familiar por R\$ 40 e R\$ 50. A ideia é oferecer um serviço de telemedicina, com chats com enfermeiros, psicólogos, nutricionistas, assistentes sociais e médicos. Já a 3778 trabalha com gestão de dados e IA para ajudar operadoras a tomarem decisões mais assertivas. Em fevereiro, ela se uniu a investidores, em acordo de R\$ 200 milhões, para criar um grupo de saúde corporativa — estão entre os investidores, Randal Zanetti (criador da Odontoprev), a gestora de investimentos UV e a LTS Investments, de Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Beto Sicupira.

Telemedicina é aposta para o pós-pandemia

O Estado de S. Paulo

A telemedicina, modalidade de consulta mediada por um dispositivo eletrônico em chamada de áudio ou vídeo, ganhou impulso durante a pandemia. Ficaram evidentes

os benefícios: ela evita deslocamentos de pessoas, preços mais baixos e traz maior cardápio de especialistas. Agora, o desafio é manter o fôlego da expansão – essa é uma das apostas do setor.

A Vibe Saúde, que oferece consultas avulsas ou em modelo de assinatura para as classes C e D, quer saltar das atuais 65 mil consultas ao mês para até 1 milhão até o fim deste ano – antes da pandemia, esse número era de 100. “Vem caindo o desconhecimento que existia sobre plataformas de telemedicina”, conta o fundador da startup, Ian Bonde. “Nos próximos três anos, a penetração do setor de saúde digital deve chegar a 15%, saindo do atual 1%.”

Já a W3.care, que provê tecnologia para socorristas de ambulâncias fazerem atendimento de urgência, lançou em outubro passado uma nova plataforma para médicos realizarem consultas a distância. A ideia é diversificar o serviço, que se tornou mais popular.

“No futuro, o médico vai ter um consultório próprio e também uma plataforma para os pacientes que querem ser atendidos a distância”, explica o CEO da W3.care, Jamil Cade.

As “healthtechs” sabem que oferecer consultas por videochamada é algo básico e tentam ir além. Elas reúnem os dados dos pacientes em uma única plataforma para oferecer diversas etapas de atendimento médico.

Para a Ana Saúde, especializada em oncologia, o segredo está nos profissionais envolvidos, e não na tecnologia em si. “Não é mais sobre telemedicina que devemos falar, e sim sobre qual é a finalidade dela”, afirma o presidente executivo da startup, Renan Aleluia.

Para hospitais, startups não são concorrentes

O Estado de S. Paulo

Ao contrário do mercado financeiro, em que os grandes nomes do setor ignoraram as fintechs (startups de finanças) até que elas se tornassem competidoras reais, o setor de saúde incuba, acelera e promove “healthtechs” desde os seus primeiros estágios – as duas partes se beneficiam da cooperação. “Para uma organização já madura e grande, a principal vantagem é a ajuda para passar pelo processo de

digitalização”, explica o diretor de inovação do Hospital Israelita Albert Einstein, em São Paulo, Rodrigo Demarch. Ele explica que startups trabalham com outra velocidade, já que são mais ágeis no desenvolvimento de produtos.

O Einstein é o responsável pela iniciativa Eretz.bio, um espaço de inovação que incuba startups da área de saúde, sempre em estágio inicial e que ainda não chegaram ao mercado. O trabalho consiste em validar o modelo de negócio, desenvolvendo e testando produtos dentro das estruturas do hospital, oferecendo não só apoio no empreendedorismo, mas suporte científico às empresas. Hoje, já são 72 startups incubadas.

Também é um “mutualista” o Inovahc, projeto de 2018 do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HC-FMUUSP) em parceria com o centro de inovação Distrito. “Nossa função é focar no que nos une ao mercado, e não no que nos separa, por isso somos um dos poucos ecossistemas da área de saúde no Brasil”, explica o diretor executivo do Inovahc, Marco Antonio Bego.

Para as startups, é claro, as vantagens estão em usar a estrutura dos grandes hospitais para fazer contatos e ainda ver, na prática, as “dores” dos clientes, como se diz no jargão do setor. Lídia Abdalla, presidente do Grupo Sabin, lembra também que a união pode dar mais voz às startups para debater questões regulatórias. “A aproximação permite acelerar o aprendizado regulatório também”, conta ela.

Bandeira Elo dá a largada para fazer IPO na Nasdaq

REUTERS

Abandeira de cartões Elo dá a largada para sua abertura de capital (IPO, na sigla em inglês) na Nasdaq, que deve ocorrer provavelmente em outubro. No fim deste mês, fará as primeiras reuniões com investidores internacionais para apresentar o modelo de negócio e testar o interesse pela companhia, que tem 15% do mercado brasileiro de cartões. É o chamado “testing the waters”, no jargão usado pelos bancos em Wall Street. Em agosto, a bandeira de cartões deve fazer o pedido oficial do IPO. Enquanto mira a Nasdaq, berço da tecnologia nos EUA, suas grandes rivais, Mastercard e Visa, estão listadas na Nyse. O que explica a decisão de ir para Nova York é que lá estão investidores mais especializados, dispostos a pagar múltiplos maiores do que no Brasil. Os sócios

ainda avaliam quanto vão vender da Elo, mas a expectativa é a de que as ações no mercado (free float) não passem de 30%. Com a rápida mudança tecnológica no mundo dos meios de pagamento, no Brasil e em outros países, a estratégia é usar uma parte dos recursos do IPO justamente para investir em inovação.

O IPO da Elo é coordenado pelos americanos Goldman Sachs, JPMorgan e Morgan Stanley, pelo brasileiro BTG Pactual, além dos três bancos de investimento dos sócios da bandeira Bradesco, Banco do Brasil e Caixa. Procurada, a Elo não comentou.

Potencial de negócios nos parques naturais

REUTERS

Com baixa visitação se comparados aos de países referência no setor, os parques naturais brasileiros apresentam forte potencial turístico e econômico. Se melhor aproveitados, teriam condições de atrair um número quase cinco vezes maior de visitantes. As conclusões são de um estudo do Instituto Semeia, que trabalha para valorizar os recursos naturais do País. O levantamento, feito pela consultoria BCG, indica que esse segmento do turismo poderia saltar de uma participação de 0,1% no PIB para 0,6%, ou o equivalente a R\$ 44 bilhões.

Em 2019, os cerca de 300 parques naturais do País atraíram em torno de 13 milhões de visitantes, total que, segundo o estudo, poderia chegar a 56 milhões. Com a visitação a todo vapor, o impacto no emprego seria equivalente a quase 1 milhão de postos de trabalho. » Fim de ciclo. Luiz Fernando Butori, que comandava a área de crédito consignado, de desconto em folha de pagamentos, do Itaú Unibanco, está de saída do maior banco da América Latina. Após 28 anos, incluindo passagens pelo Nacional e o Unibanco, ele alegou motivos pessoais para deixar o conglomerado.

Empresas atacam fim de subsídio ao vale-refeição

Broadcast

A proposta de acabar com os incentivos fiscais concedidos hoje ao Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), incluída no texto da reforma do Imposto de Renda pelo relator e deputado Celso Sabino, pegou de surpresa os setores de bares e

restaurantes e de cartões de benefícios, que veem riscos com a medida. Com o fim do benefício, as empresas do setor falam em perdas que podem afetar cerca de 20 milhões de trabalhadores que recebem vale-refeição e vale-alimentação.

De acordo com as regras atuais, as empresas têm a opção de deduzir do Imposto de Renda o dobro dos gastos realizados com os programas de alimentação do trabalhador já aprovados pelo governo, como é o caso do PAT. Sem o incentivo, é possível que uma parte dos trabalhadores fique sem o vale-refeição ou o vale-alimentação. Os cartões não são considerados benefícios obrigatórios por lei, como o 13.º salário, o vale-transporte ou o FGTS.

Segundo Paulo Solmucci, presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), o setor foi pego de surpresa com a decisão. Ele afirma que, a convite do próprio Ministério da Economia, por meio da Secretaria do Trabalho, as empresas de voucher, de cartão de crédito, supermercadistas, associações de trabalhadores e o Banco Central discutiam, desde o início do ano, a reestruturação do PAT, sendo que um estudo para melhorar o alcance e a qualidade do programa já havia sido feito.

“Foi uma medida tomada sem conversar com ninguém e que vai afetar um setor arrasado, justamente precisando de ajuda”, diz. Ele também aponta que o pagamento de um benefício exclusivo para a alimentação é essencial para o País. “Se esse dinheiro não fosse direcionado para alimentação, seria gasto pagando dívidas, conta de luz, de telefone, até mesmo Netflix.” Solmucci diz ainda que, apesar de o custo anual do benefício para o governo ser de pouco mais de R\$ 1,2 bilhão, o retorno dado por meio do pagamento de impostos pelo setor de alimentação é cerca de três vezes maior.

Já a Associação Brasileira de Benefícios ao Trabalhador (ABBT), que representa as empresas de cartões de benefícios como Alelo, Sodexo e Ticket, diz que o PAT é um dos programas do gênero “mais bem-sucedidos do mundo, sendo referência para a Organização Internacional do Trabalho (OIT)”. A entidade diz que aproximadamente 40 milhões de pessoas são beneficiadas direta ou indiretamente pelo programa.

“O processo não foi feito às claras”, diz Jéssica Srouf, diretora executiva da ABBT. Ela também cita que o impacto “do fim de um programa desse porte é gigante e representa um retrocesso sem precedentes na história brasileira”. “Perde o trabalhador,

perde a economia, perde o Brasil, perdem todos os brasileiros.” Em nota, Sodexo, Alelo e Ticket, empresas que fornecem cartões de vale-alimentação e vale-refeição, disseram que seguem na defesa do benefício, em parceria com a ABBT. As três companhias citam a importância do PAT “para mais de 20 milhões de trabalhadores brasileiros e para toda a cadeia produtiva de alimentação, que vai muito além dos incentivos fiscais às mais de 220 mil empresas cadastradas no programa”.

O fim dos incentivos fiscais do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) foi incluído no projeto da reforma pelo relator como uma das maneiras de compensar a perda de arrecadação do governo com a redução da alíquota do Imposto de Renda das empresas, dos atuais 25% para 12,5%. Além dessa medida, a proposta revisada pelo relator também retira outros benefícios fiscais que afetam 20 mil empresas.

Luís Augusto Ildefonso, diretor institucional da Associação Brasileira de Lojistas de Shopping (Alshop), fala da importância do benefício para milhões de brasileiros e destaca ser “possível que uma parte dos trabalhadores perca o vale-refeição ou o vale-alimentação” com o fim da isenção dos tributos, justamente pelo fato de ambos não serem “considerados benefícios obrigatórios por lei”. Para os trabalhadores, o temor é com a perda de um benefício que ajuda a compor a renda para cobrir os gastos com alimentação. A CUT também se posicionou contra a proposta e diz que a decisão de tributar o programa vai “desestimular a concessão de vale-refeição e vale-alimentação por parte das empresas”. Além disso, ela também cita que a “soma dos recursos desses benefícios favorecem diretamente a economia do País”.

Para Hiroyuki Sato, diretor jurídico da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), o PAT é subestimado. “O principal equívoco dessa forma de incentivo é que ela não alcança todo o universo de empreendimentos ou dos empregados, ou seja, uns são beneficiados, e outros, não, com custo para toda a sociedade.” Procurada, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) disse que ainda vai analisar a proposta. A empresa de cartões VR e a Associação Brasileira de Supermercados (Abras) preferiram não comentar. O Sindicato dos Bancários de São Paulo e a Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce) não responderam a tempo. A Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs) não retornou o contato.

Assessoria de Comunicação – Sedet

Fone: (85) 3444.2900

www.sedet.ce.gov.br

INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	1,45	2,67	-3,56	5,77
Brasil	1,78	1,41	-4,06	4,85

VALOR CORRENTE DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) (R\$ MILHÕES)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	155.903,82	166.959,80	168.285,73	188.355,17
Brasil	7.004.141,00	7.407.023,57	7.447.858,25	8.263.567,80

PARTICIPAÇÕES PIB (%)				
	2018	2019	2020*	2021**
PIB_CE/PIB_BR	2,23	2,25	2,26	2,28
Participações População (%)	4,35	4,35	4,34	4,33

Fonte: IBGE e IPECE.

Notas: (*) Valores estimados, sujeitos a revisão; (**) Valores projetados, sujeitos a revisão;
Atualizado em 17/06/2021.

CONTAS EXTERNAS (US\$ MILHÕES)				
	2018	2019	2020	2021 (Até junho)
Exportações	2.342,08	2.275,19	1.853,42	1.071,64
Importações	2.534,05	2.357,54	2.413,55	1.540,16
Saldo Comercial	-191,97	-82,35	-560,13	-468,52

Fonte: MDIC

ESTOQUE DO VOLUME DE CRÉDITO				
	2018	2019	2020	2021 (Até maio)
Brasil (R\$ Tri)	-	3,48	4,02	4,18
Ceará (R\$ Bi)	71,32	76,77	87,14	89,31

Fonte: Banco Central

PRINCIPAIS ÍNDICES				
	2018	2019	2020	2021 (Até maio)
IPCA -BRASIL	3,75	4,31	4,52	3,77
IPCA -FORTALEZA	2,9	5,01	5,74	5,11
INPC	-	4,48	5,45	3,95
IGP-M	7,54	7,3	23,14	15,08

Fonte: IBGE e FGV

MERCADO DE TRABALHO - CEARÁ				
INDICADOR	2018	2019	2020	2021.1
Desocupação (%)	10,1	10,1	14,4	15,1
Nível de ocupação (%)	50,3	50,8	42,8	40,4
População em idade de trabalhar (mil)	7.312	7.410	7.620	7.623
	(100%)	(100%)	(100%)	(100%)
Força de trabalho (mil)	4.088	4.185	3.808	3.631
	(56%)	(56%)	(50%)	(48%)
Ocupada (mil)	3.676	3.762	3.259	3.082
Desocupada (mil)	412	423	549	549
	3.224	3.225	3.812	3.992
Fora da Força de trabalho (mil)	(44%)	(44%)	(50%)	(52%)
Desalentados (mil)	328	358	466	466

Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (R\$)

	2018	2019	2020	2021
	1.525	1.685	1.656	1.766

Fonte: IBGE.

ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS - CEARÁ		
Indicadores	2020	2021 (Até maio)
Contratações	372.083	182.814
Demissões	358.013	158.869
Saldo de Empregos Gerados	14.070	23.945

Fonte: Novo Caged.

ESTOQUE DE EMPREGO FORMAIS					
REGIÃO/ANO	2015	2016	2017	2018	2019
Ceará	1.542.759	1.443.365	1.464.948	1.471.704	1.509.818
Nordeste	8.899.279	8.436.203	8.543.651	8.647.237	8.683.272
Brasil	48.060.807	46.060.198	46.281.590	46.631.115	47.554.211

Fonte: RAIS/ME

ABERTURA/FECHAMENTO DE EMPRESAS NO CEARÁ				
ESPECIFICAÇÕES	Total do ano			2021
	2018	2019	2020	Até junho
Abertura	69.981	84.948	89.084	55.775
Fechamento	71.796	31501	27.463	17.844
Total	-1.815	53.447	61.621	37.931

Fonte: JUCEC.

PECEM - TOTAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA (TONELADAS) - 2018 A 2021					
PERÍODO	Total do ano			2021	
	2018	2019	2020	Junho	Até junho
	17.214.859	18.096.308	15.930.483	1.578.983	10.038.098

Fonte: CIPI.